



A FOTOGRAFIA ANOTADA COMO RECURSO ARTÍSTICO, PARTICIPATIVO E POLÍTICO

Francisca Weiner¹, Isabel Timóteo² & Joana Cruz³

Resumo

Neste artigo reflete-se sobre o potencial das ferramentas artísticas, com destaque para a fotografia anotada como recurso de investigação e intervenção social. Moradores/as e ex-moradores/as da Lomba, no Bonfim/Porto, resgatam as suas memórias individuais e coletivas, num processo participativo e artístico que combina fotografias antigas e recentes, desenhos e textos, num contexto de transformação e reabilitação urbana do seu território.

As fotografias funcionam como dispositivos pedagógicos de leitura crítica sobre o seu lugar, as dinâmicas relacionais, os efeitos da gentrificação e as formas de resistência comunitária. A criação de um *arquivo sensível* permite construir uma cartografia afetiva e crítica do território e a fotografia anotada, neste contexto, transforma-se num arquivo político e relacional, um gesto de memória, pertença e reivindicação. Evidencia-se ainda, ao longo do artigo, a arte como um poderoso mediador de processos sociais e pedagógicos em territórios marcados por uma profunda transformação urbana e social.

Palavras-chave: *Metodologias Participativas; Fotografia Anotada; Prática Artística; Gentrificação; Lomba.*

1. Introdução

O bairro histórico da Lomba⁴, situado na freguesia do Bonfim, no Porto, tem sido marcado por intensos processos de transformação urbana. Ao longo dos últimos anos, este território popular, fortemente associado à memória das “ilhas” operárias do século XIX, tem enfrentado um duplo movimento: por um lado, a

¹ FPCEUP. francisca.weiner@gmail.com.

² Professora Adjunta ESE/inED. isabeltimoteo@ese.ipp.pt.

³ Investigadora CIIE/FPCEUP. joanapmcruz@gmail.com.

⁴ Queremos agradecer aos moradores e moradoras da Lomba, tanto aos que participaram diretamente neste estudo como a todos aqueles e aquelas que para ele contribuíram. Registamos também o nosso agradecimento à Associação de Moradores da Lomba, pelo acolhimento, apoio e colaboração ao longo deste processo, fundamentais para a realização desta investigação.

progressiva degradação das condições habitacionais e, por outro, a pressão crescente da gentrificação e da turistificação, fenómenos que transformam radicalmente as formas de habitar e os modos de vida das comunidades locais (Barbosa & Lopes, 2019; Chamusca, 2023).

A gentrificação⁵ tem vindo a afetar inúmeros territórios do sul europeu, incluindo a cidade do Porto. À “turistificação”, relacionada com baixos salários, uma generalização da precariedade e uma orientação política estratégica que valoriza o turismo como pilar fundamental da recuperação económica (Barbosa & Lopes, 2020), junta-se a chegada de estudantes internacionais e a aceleração da reabilitação urbana, com impacto significativo na valorização imobiliária (Ribeiro, 2022). O espaço urbano, no qual se inclui a Lomba, torna-se, assim, um espaço mercantilizado e usado para manter a lógica de acumulação capitalista (Harvey, 2005). Segundo Ribeiro (2022), entre 2015 e 2022: i) na cidade do Porto, mais que duplicaram os preços da habitação; ii) entre 2015 e 2020, existiu um aumento de 464 para 7742 no número de alojamentos locais; iii) e, entre 2010 e 2020, o número de desembarques na cidade aumentou 165%.

Foi na tentativa de perceber as mudanças que foram acontecendo neste espaço, e de que forma os seus/suas moradores/as vivenciam as transformações que ali acontecem, que se desenvolveu, entre novembro de 2024 e setembro de 2025, em colaboração com a Associação de Moradores da Lomba (AML), um processo com recurso à fotografia anotada. Esta prática surgiu após o desenvolvimento de um projeto de Investigação-Ação Participativa (IAP) neste mesmo território, entre outubro de 2022 e junho de 2023, com o qual se pretendeu reforçar os laços comunitários e de vizinhança da Lomba (Vinhas et al., 2024). Esse projeto envolveu 400 horas de contacto com o território e seus/suas moradores/as, fazendo parte do estágio curricular do terceiro ano da licenciatura em Educação Social, realizado pela primeira autora, na Associação de Moradores da Lomba. Durante esse período, fez-se uma recolha de material etnográfico, produzindo-se um diário de bordo a partir da observação participante e das interações do dia a dia estabelecidas com os moradores no contexto das atividades da associação. Iniciou-se ainda a construção de um portefólio fotográfico que, a par do arquivo fotográfico da AML, constitui a base do trabalho de fotografia anotada que aqui se apresenta. As falas dos/as moradores/as mobilizadas ao longo deste manuscrito provêm destas duas fontes de recolha de dados: os/as moradores R, N e O estão presentes no diário de bordo escrito entre outubro de 2022 e junho de 2023⁶; e os/as moradores/as B, D, G e L, fazem parte do processo de fotografia anotada e das notas que se escreveram durante esse período, de maio a agosto de 2025⁷.

Com a proposta metodológica da fotografia anotada pretendeu-se aprofundar e compreender como a comunidade da Lomba resiste e persiste às alterações sentidas no seu território e que significados atribui a essas mesmas alterações físicas e simbólicas. A fotografia anotada surge, assim, como um recurso artístico, capaz de articular memória, participação comunitária e reflexão crítica. A sua utilização permitiu criar espaços de diálogo e de produção de conhecimento partilhado, onde moradores/as e ex-moradores/as se tornaram protagonistas das suas próprias narrativas. Mais do que um simples registo visual, a fotografia anotada, ao

⁵ Gentrificação é um termo cunhado pela socióloga Ruth Glass em 1964, referindo-se à ocupação de *gentry*, “pequena nobreza”, dos territórios populares.

⁶ Moradora R: pessoa mais velha, género feminino; Moradora N: pessoa mais velha, género feminino; Morador O: adulto, género masculino – dados recolhidos em 2023.

⁷ Morador B, adulto, género masculino; Moradora D: adulta, género feminino; Moradora G: pessoa mais velha, género feminino; Moradora L: adulta, género feminino – dados recolhidos em 2025.

combinar fotografia, texto, desenho e diálogo, converteu-se num dispositivo pedagógico e político, capaz de resgatar memórias individuais e coletivas, questionar as dinâmicas da transformação urbana e afirmar formas de resistência comunitária.

O objetivo central deste artigo é analisar de que forma a fotografia anotada atua como mediadora entre a investigação e a comunidade, evidenciando o seu papel enquanto prática artística, pedagógica e política. Procura-se compreender como este processo - que inclui a construção de um *arquivo sensível* (nome dado pelas autoras) - contribui para a elaboração de uma cartografia afetiva e crítica do território, onde cada imagem anotada é também um gesto de memória, pertença e reivindicação.

2. O Território da Lomba: Contexto e Raízes

A história da Lomba tem de ser compreendida com referência às denominadas “ilhas” do Porto, que configuram uma forma de habitação operária que emergiu no século XIX como resposta à crise agrícola e ao êxodo rural. Nessa altura, milhares de trabalhadores migraram do interior para a cidade, movidos pela crença de encontrar melhores condições de vida, devido ao crescimento do capitalismo industrial. Como recorda Castells (1983), o processo de urbanização esteve intimamente ligado às transformações da economia capitalista e à necessidade de alojar rapidamente a nova classe trabalhadora.

As “ilhas” caracterizavam-se pela sua construção precária: casas de pequenas dimensões, mal iluminadas, com problemas de humidade, ausência de saneamento e frequentemente sobrelotadas. Gaspar Pereira (2011) descreve como estes espaços se tornaram invisíveis às autoridades municipais, que limitavam a fiscalização ao que era visível a partir da rua. Essa invisibilidade forçada permitia aos proprietários lucrar com rendas baixas, mantendo milhares de pessoas em condições indignas. Um inquérito realizado pela Câmara Municipal do Porto, conhecido por “Inquérito Geral às Ilhas em 1939, identificava 1.152 ilhas, onde viviam 45.291 habitantes - cerca de 17% da população da cidade.

Ainda assim, as ilhas não foram apenas espaços de exclusão, mas também de resistência e de organização popular, conforme atentam Timóteo et al. (2024), de solidariedade e de organização comunitária. Muitos/as moradores/as recordam a decisão de abandonar o campo como forma de resistência à exploração agrícola: “Já antigamente pagavam muito mal aos meus pais e a mim no campo, por isso vim para o Porto à procura de uma vida melhor!” (moradora R⁸). Outro acrescenta: “A vida de campo não era para mim, até diziam que não parecia filha de lavradores... Vim viver para aqui à procura de uma vida melhor.” (moradora N). Estas vozes testemunham a busca por dignidade e pela possibilidade de construir um quotidiano diferente no espaço urbano.

Segundo vários moradores da Lomba, esta terá integrado, outrora, 29 ilhas, muitas das quais foram sendo demolidas, renovadas ou reconvertidas em alojamento local. Apesar destas remodelações, permanecem ainda habitações precárias, onde se verificam problemas de infiltrações, humidade, degradação estrutural e ausência de casas de banho interiores. Como relata o morador O: “Antes, na minha ilha tinha duas casas

⁸ As falas dos “moradores” que se apresentam neste segmento são trechos das notas de terreno escritas pela primeira autora durante o primeiro período de imersão no terreno da Lomba, entre outubro de 2022 e junho de 2023.

cheias de pessoas, numa delas chegaram a morar dez pessoas”. Estas condições são agravadas por infestações de ratos, má ventilação e isolamento deficiente, colocando em risco a saúde dos/as residentes mais vulneráveis. Hoje, a Lomba integra a zona histórica do Porto, abrangendo ruas como a Vera Cruz, a Rua do Lourenço, a Rua da Lomba e a Travessa da Lomba.

Se, historicamente, as ilhas foram espaços de invisibilidade, hoje a ameaça é a da gentrificação e da turistificação (Barbosa & Lopes, 2019). O Porto, sobretudo desde a classificação do centro histórico como Património Mundial da UNESCO, em 1996, e da Capital Europeia da Cultura, em 2001, tornou-se alvo privilegiado de investimento turístico e imobiliário. Como sublinha Harvey (2012), este fenómeno pode ser lido à luz da lógica da “acumulação por despossessão” (p. 53-54), em que os laços comunitários e o direito à habitação são sacrificados em favor da extração de mais-valias económicas. Na Lomba, os efeitos são evidentes nas narrativas dos moradores: rendas a subir, pressão para o deslocamento dos/as residentes e transformação do espaço público em produto de consumo. Comentários de visitantes que passam pela Lomba, como “estas casas são tão baratas, é fantástico!”, contrastam brutalmente com os desabafos dos moradores: “a renda da casa aumentou 30 euros e antes o dinheiro já era pouco” (moradora N).

Face a esta realidade, a resistência comunitária assume um papel central. A Associação de Moradores da Lomba (AML), fundada em 1977, constitui um exemplo de organização popular que, herdeira das mobilizações do pós-25 de Abril, continua a atuar como espaço de apoio, de reivindicação e de preservação da identidade local (Timóteo et al., 2024). Como afirma um dos seus membros: “Um bairro pobre carregado de gente rica”. Esta aparente contradição exprime a precariedade financeira, mas sobretudo a riqueza de laços comunitários, de memórias e de uma identidade coletiva que insiste em perdurar.

A AML, fundada no contexto do associativismo popular do pós-25 de Abril, constitui-se desde então como espaço de solidariedade, luta e reivindicação pelo direito à habitação e pela dignidade da comunidade local: “Foi para ajudar os moradores a terem um local para conseguirem tomar banho, as pessoas aqui não tinham onde tomar banho ou sequer saneamento em casa, os moradores tomavam banho no meio das ilhas com mangueira” (morador O). Esta memória revela não apenas as carências estruturais do território, mas também a capacidade de organização e de resistência dos seus habitantes, que, hoje, continuam a enfrentar novas formas de exclusão urbana.

3. Metodologias Participativas e Fotografia Anotada

As metodologias participativas assentam na valorização do conhecimento produzido em conjunto, reconhecendo os/as participantes não como “objetos” de estudo, mas como sujeitos ativos no processo de investigação (Abrantes et al., 2014; Roberti, 2016). A participação ativa dos sujeitos é uma condição central para processos que valorizam a experiência vivida e os significados atribuídos pelos participantes (MacDonald, 2012), partindo da compreensão de que o conhecimento é produzido de forma relacional, situada e coletiva. Assim, estes processos são, necessariamente, subjetivos, onde a ética, a escuta e o pensamento crítico são pilares fundamentais.

O uso da fotografia, quando articulada com metodologias colaborativas, desafia as fronteiras entre observador/a e observado/a, e a imagem deixa de ser mera ilustração do real para se tornar um espaço de

negociação, onde os participantes inscrevem sentidos, ressignificam o passado e projetam o futuro. A fotografia, enquanto prática visual e metodológica, pode ser considerada como uma construção situada que reflete, tanto o olhar do/a investigador(a), quanto a relação estabelecida com os/as participantes (Henley, 2000). Dentro das linhas etnográficas, a alternância entre imersão e distanciamento no campo, permite a quem investiga estabelecer relações de confiança com a comunidade, observar as dinâmicas quotidianas e, simultaneamente, refletir criticamente sobre o seu próprio papel. Nesse sentido, a câmara fotográfica deixa de ser um recurso neutro de registo, tornando-se mediadora de diálogos e experiências, capaz de revelar dimensões subjetivas que escapam à linguagem verbal (Henley, 2000; Weber, 2008). Cada imagem é um recorte, uma decisão sobre o que incluir e o que deixar de fora, funcionando como um mediador entre sujeito e objeto, passado e presente, memória e experiência. Num mundo cada vez mais marcado pelo efêmero (Bauman, 2001), esta é uma possibilidade de abrandar, de congelar um instante, recortando um espaço/tempo, que se fixa e, ao mesmo tempo, traz novas possibilidades de interpretação da realidade. Este carácter fragmentário é particularmente relevante nas metodologias qualitativas, onde as imagens não apenas documentam, mas evocam afetos, memórias e experiências que, frequentemente, escapam à linguagem verbal e a outros processos de pesquisa. Weber (2008) destaca precisamente esse potencial da fotografia como meio de expressão de dimensões subjetivas, constituindo-se como um recurso privilegiado para aceder a narrativas pessoais e coletivas.

A fotografia anotada insere-se nas metodologias participativas como prática híbrida: ao permitir que os participantes escrevam, desenhem e/ou comentem diretamente sobre as fotografias, abre a possibilidade de criar um espaço de coautoria e de diálogo. O projeto Travessia, desenvolvido pela fotógrafa Susan Meiselas em parceria com o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, é uma referência pioneira do desenvolvimento das “fotografias anotadas”, vistas como um recurso valioso para aceder a perceções e subjetividades em situações em que métodos tradicionais de entrevista se mostram limitados (Lacerda, 2022). Nas imagens são acrescentadas múltiplas camadas interpretativas, combinando considerações estéticas com a inserção direta das vozes dos/as participantes. As anotações – assumindo a forma de palavras riscadas à margem ou na fotografia, de setas que destacam detalhes, de desenhos que acrescentam camadas visuais – tornam visível a subjetividade de quem olha e interpreta. Conforme destaca Lacerda (2022), esta abordagem permite não apenas a expressão de sentimentos e experiências pessoais, mas também ultrapassa barreiras relacionadas à literacia, promovendo modos alternativos de comunicação e fortalecendo a capacidade de ação dos participantes. À reunião das imagens produzidas em conjunto com os/as participantes deu-se o nome de *arquivo sensível*. O *arquivo sensível* é, mais do que uma coleção de documentos visuais, um repositório vivo, relacional e político. Ao integrar memórias, afetos e críticas sociais, este arquivo transforma-se num espaço de resistência à invisibilização dos/as moradores/as, capaz de desafiar narrativas dominantes sobre o território. Cada fotografia anotada adquire, assim, uma dupla função: por um lado, preserva memórias individuais e coletivas; por outro, constitui um gesto político que reivindica pertença, identidade e direito à cidade.

4. O processo da Fotografia Anotada

A construção do *arquivo sensível* na Lomba ocorreu em três etapas.

Inicialmente, reuniu-se uma base de dados fotográfica abrangente, que incluiu imagens recentes - maioritariamente capturadas pela primeira autora durante um processo de investigação anterior - e antigas, do arquivo da Associação de Moradores da Lomba, garantindo diversidade de temporalidades e perspetivas. As fotografias aqui analisadas foram capturadas pela primeira autora, agrupando-se em quatro categorias: Território e Comunidade, Associação de Moradores da Lomba, Reabilitação das Ilhas e Gentrificação.

Posteriormente, foram feitas cinco sessões de anotação das fotografias em diferentes locais: no café da AML, em algumas casas de moradores/as, e na rua Vera Cruz. Este processo ocorreu entre maio e agosto de 2025, com um total de 11 participantes, aqui designados como moradores/as B, D, G e L. Apesar da dificuldade de manter o anonimato nestes casos – por se tratar de imagens fotográficas e de uma comunidade pequena – procurou-se ocultar as faces e os nomes das pessoas envolvidas neste processo. As normas éticas foram cumpridas, através da anonimização, da passagem de um consentimento informado aos/às participantes, tendo sido discutidos os possíveis riscos da investigação e da exposição pública. Ao longo do processo, tornou-se necessário adotar uma postura reflexiva e de autorregulação, desenvolvendo uma tensão permanente entre a intervenção e o distanciamento para reduzir o impacto da presença da investigadora no campo. Durante as sessões, cada participante interagiu com as imagens, escolhendo uma e acrescentando-lhe texto ou desenho. Em quatro dos casos, os/as participantes preferiram partilhar as suas perceções da fotografia e ditar o que queriam ver ali inscrito. Nesses casos, transpôs-se os seus discursos para as fotografias, com o seu apoio e orientação direta. Foi um processo simultaneamente íntimo e coletivo, em que a diversidade de formas de participação se transformou numa linguagem partilhada. Este processo, que envolveu ainda alguns moradores curiosos, participantes de forma indireta no processo, resultou em 11 *arquivos sensíveis*. Destes arquivos, selecionamos quatro para dar conta das temáticas descritas acima.

Durante as sessões de anotação, foram sendo colocadas perguntas abertas, estimulando a reflexão crítica sobre o passado, o presente e os desejos para o futuro dos/as moradores/as. As principais questões colocadas foram:

1) Que título daria a esta fotografia? 2) Esta fotografia traz-lhe alguma memória ou emoção? 3) Que lembrança ou sentimento lhe desperta em relação à Lomba? 4) Que elementos desta fotografia representam a sua experiência de vida? 5) Que mudanças identifica neste lugar ao longo do tempo? 6) Como sente que a comunidade se relaciona com este lugar? 7) Há algo que gostaria de mudar neste espaço? 8) Há algo que falta nesta fotografia? 9) Quem poderia ter tirado esta fotografia? 10) Em que altura foi tirada? 11) Esta história é importante ser contada? Porquê?

Estas questões tiveram como objetivo principal desencadear memórias, partilha de emoções e interpretações, promovendo uma escuta atenta do território e de quem nele habita. Por último, foram analisados os diálogos dos/as participantes e o conteúdo das imagens coconstruídas.

4.1. Revelações do processo

Durante o processo de diálogo e anotação da fotografia foram reunidas diversas reflexões das conversas informais, dos momentos de observação e da interação com e entre os/as moradores/as, registadas em diário de campo. Contudo, foi no exercício de transpor as experiências dos/as participantes, em formato de anotações nas fotografias, que se trouxe à tona dimensões que até então permaneciam inexploradas. Através de uma leitura flutuante do material recolhido (Bardin, 2016), realçaram-se as dimensões desveladas ao longo deste processo: Reabilitação das Ilhas (Imagens 1 e 4), a Associação de Moradores da Lomba (Imagem 3), Gentrificação (Imagem 2) e Território/Comunidade (Imagens 2 e 3).

Nesta secção, trazemos quatro das onze imagens cocriadas com os/as participantes para efeito ilustrativo do processo e do conhecimento que é possível gerar a partir das imagens dialogadas. Dado o carácter exploratório deste artigo, e da técnica das fotografias anotadas, optou-se por uma análise mais descritiva do processo, onde a interpretação e análise é feita sobre o conhecimento já adquirido ao longo do trabalho de terreno desenvolvido desde 2023 com essa comunidade (cf. Weiner, 2025).

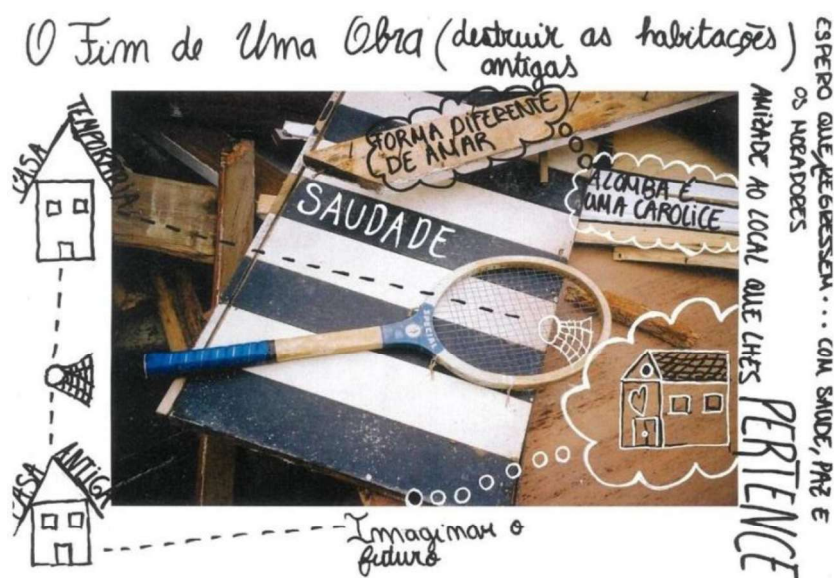


Imagem 1 - O Fim de uma Obra (destruir as habitações antigas).

O morador B intitulou esta fotografia como “O fim de uma obra”. Questionado sobre a escolha desse título – uma vez que, naquele momento, a obra de reabilitação de parte das ilhas da Lomba estava apenas a começar – o participante esclareceu que não se referia à obra em si, mas às ilhas que antes existiam no local e que, ao serem demolidas, deixaram “memória” e “saudade”. Assim, prevalecia a saudade associada à casa antiga e destruída pelo processo de intervenção, e o reconhecimento das ilhas enquanto “obra”.

Na sua narrativa, o morador descreveu um triângulo formado por três espaços de habitação: a casa antiga, a casa temporária (ocupada durante o processo de reabilitação) e a futura casa. Explicou que há um movimento constante entre esses três locais, um “pingue-pongue” físico e simbólico. A raquete, representada na fotografia, funcionou como metáfora para o sentimento complexo de transição entre diferentes lugares. A

palavra “pertença” ganhou destaque neste *arquivo sensível*, revelando o medo dos/as moradores/as de não retornarem às suas casas. Apesar de o processo de reabilitação “garantir” o retorno de todos/as os/as envolvidos/as, a sensação de receio e desconfiança quanto à concretização dessa promessa foi sendo notada na interação com a comunidade.

O morador B afirmou, ainda, que “a Lomba era uma carolice”, frase várias vezes mencionada sobre a Lomba ao longo da investigação, refletindo o contexto como algo singular, com uma forma própria e afetiva de amar.

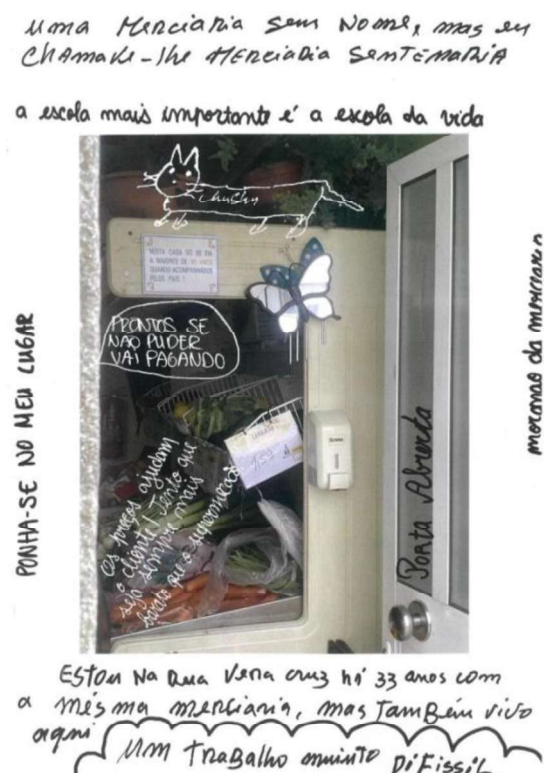


Imagem 2 - Comércio local e a luta por manter as “portas abertas”.

Com a Moradora D, o processo de seleção da fotografia revelou-se mais prolongado. No balcão da mercearia, com o seu gato Chuchu, deitado sobre as batatas, todas as fotografias foram cuidadosamente folheadas e comentadas, num ambiente de partilha. A fotografia escolhida foi discutida na presença de outros/as moradores/as que iam entrando e saindo do espaço comercial para adquirir bens em falta, ou comprar cervejas destinadas aos moradores/as que se encontravam a trabalhar para as Rusgas do S. João de 2025.

A moradora começou por partilhar que “é difícil escolher”, mas quando reparou que uma das fotografias era da sua mercearia, a escolha tornou-se clara. Explicou que a mercearia do bairro nunca teve nome, mas, se pudesse, desejava chamá-la de “Mercearia Centenária”. Explicou também que a sua mercearia, ainda hoje, se mantém “de portas abertas” a quem quiser ou precisar de entrar, recordando a Lomba “de portas abertas” de outros tempos, de que sente saudades. A moradora explicou que se tem tornado cada vez mais difícil manter o seu espaço, entendido, simultaneamente, como espaço pessoal, local, comercial e comunitário. É

“um trabalho muito difícil” diante de uma economia que se orienta pela lógica do lucro, refletindo a tensão entre valores de uso e valores de troca. De um lado, o território é entendido como lugar de vida, memória e pertença, materializado, por exemplo, nas mercearias de território onde os/as moradores/as mantinham laços de fidelidade e relações de proximidade; de outro lado, a pressão do mercado, que estimula a preferência pelas grandes superfícies comerciais. Essa mudança de práticas de consumo reflete não apenas a desvalorização dos pequenos espaços comunitários, mas também a invisibilização de dimensões não mercantilizáveis da experiência urbana, como a convivência, a confiança e o cotidiano.

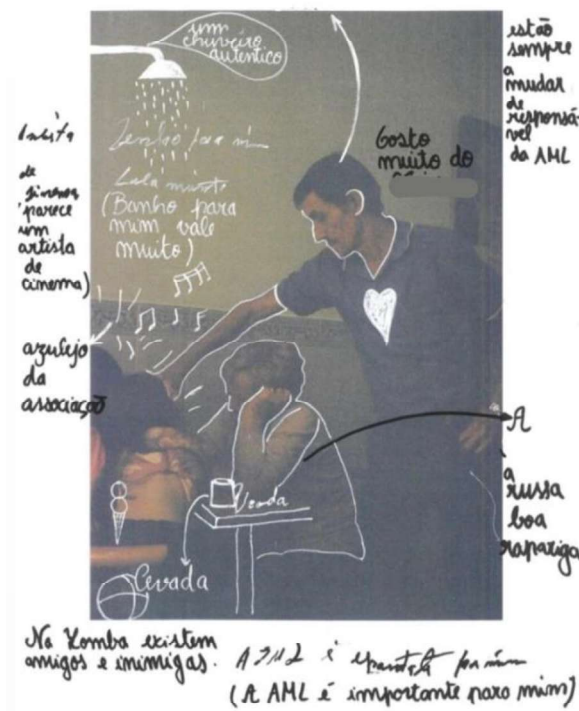


Imagem 3 - O valor de uma Associação de Moradores.

A moradora G preferiu que esta conversa acontecesse na sua casa, enquanto estava sentada no sofá e se ouvia o programa da tarde na sua televisão. A seleção da fotografia foi rápida ao identificar a AML e uma pessoa que lhe era familiar e muito especial. A terceira imagem evidenciou um dos aspetos mais valiosos da AML para os/as moradores/as: ser o único acesso para alguns a uma casa de banho, com “um chuveiro autêntico”, referindo que para si “vale muito”. O coração pintado no peito do responsável do café – o senhor que tem “um grande coração” e que “parece um artista de cinema” –; o típico azulejo da associação, primeiro elemento a ser destacado nesta fotografia, seguido do conforto da cevada servida diariamente na mesa onde a moradora G sempre se senta, são elementos afetivos que povoam esta imagem. O depoimento da moradora destacou ainda a constante mudança de responsáveis pelo café da AML, situação que se revelou problemática durante algum tempo e sensível para esta moradora, que sentia falta da familiaridade proporcionada por uma presença constante no espaço. Este é um exemplo, entre outros, de uma comunidade que vive, convive e resiste no meio de um processo de requalificação/reabilitação das quais está alheia.

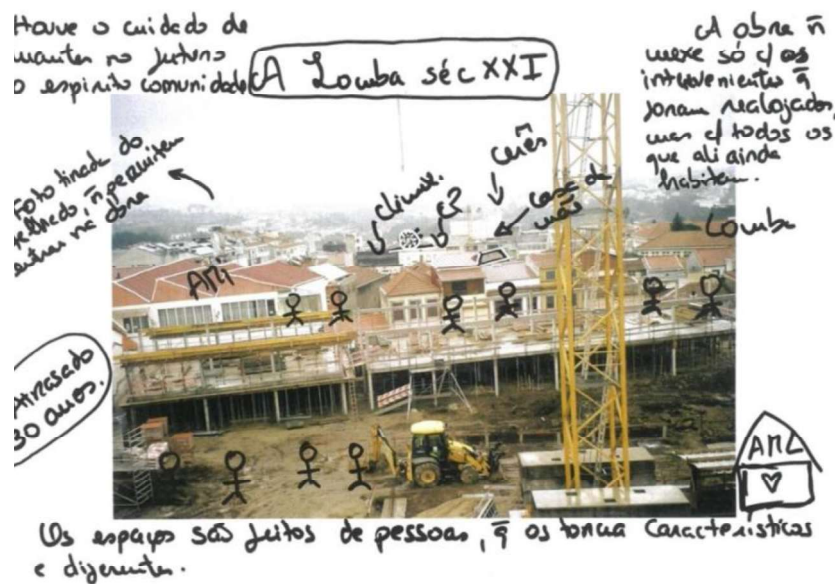


Imagem 4 - A Reabilitação.

Na quarta imagem observa-se a obra da reabilitação em curso. A participante L, quando questionada sobre o que falta na imagem, desenhou, energicamente, figuras humanas sobre o espaço em construção, transformando uma imagem de uma edificação – com máquinas, andaimes e betão – numa imagem viva com pessoas, “pessoas que faltam”. A familiaridade da imagem e a imediata localização de espaços “chave” da sua infância, levaram-na a nomear: a “casa da mãe”, a “CP” (Comboios de Portugal), com o relógio desenhado, a “Ceres” (Moagem Ceres), a “AMI” (Assistência Médica Internacional) e a “AML”. A multiplicação de corpos desenhados pode ser lida como uma metáfora da expectativa de retorno e re-ocupação, mas também como um gesto de resistência contra a desumanização do território, reduzido a obra e investimento. Nesse sentido, a imagem sugere a tensão entre a materialidade da construção e a imaterialidade das relações sociais que conferem sentido ao lugar. A imagem, assim transformada, torna-se um exercício de crítica – veja-se a crítica ao atraso da obra, “atrasados 30 anos” (ver imagem 4) e ao facto de “as pessoas nem acreditarem que isto ia mesmo acontecer” (participante L) – um exercício de imaginação e de projeção da vida comunitária no território em reabilitação.

A mesma moradora questionou também a relação entre o espaço físico em construção e a possibilidade de reconstrução dos laços comunitários, ao sublinhar que “os espaços são feitos de pessoas, que os torna característicos e diferentes” (Moradora L). A expressão “A Lomba século XXI” sugere, simultaneamente, a continuidade e a transformação do bairro, num movimento entre memória e futuro. A representação, a multiplicação de corpos desenhados, pode ser lida como uma metáfora da expectativa de retorno e re-ocupação, mas também como um gesto de resistência contra a desumanização do território, reduzido a obra e investimento. Nesse sentido, a imagem aponta para a tensão entre a materialidade da construção e a imaterialidade das relações sociais que conferem sentido ao lugar.

5. Reflexões conclusivas

Ao longo deste processo, diferentes vozes, memórias e leituras da realidade encontraram-se, possibilitando a negociação de sentidos e o confronto de perspectivas. A escolha das fotografias, a anotação e os diálogos que se geraram, configuraram um espaço de produção de conhecimento partilhado, onde os/as participantes reconheceram as suas experiências e refletiram criticamente sobre as transformações em curso no território da Lomba.

Os dados empíricos revelam a vivência da “gentrificação” como um processo marcado pela perda de referências, pela incerteza quanto ao futuro e pela percepção de que a reabilitação não afeta só as pessoas envolvidas, mas a comunidade toda. As anotações evidenciam uma leitura crítica do território, no qual a transformação urbana é percebida como progressivamente alheia às pessoas que, historicamente, lhe atribuíram sentido. A contradição entre o valor de uso do espaço – enquanto lugar de vida, memória e relações – e o seu valor de troca – associado à lógica da mercantilização urbana (Harvey, 2012) – é visível nas imagens, que sugerem que a gentrificação opera não apenas ao nível material, mas também simbólico, invisibilizando as memórias, os vínculos comunitários e as formas quotidianas de habitar o território.

Os dados evidenciam o papel central da AML enquanto espaço de apoio material, relacional e político, funcionando como elemento estruturante da vida comunitária em contexto de transformação urbana. Através da fotografia anotada, a associação emergiu como lugar de acesso a direitos básicos, de convivência e de preservação da identidade coletiva, assumindo-se como forma de resistência local face aos processos de desagregação comunitária. Paralelamente, as anotações e desenhos produzidos pelos/as participantes tornaram visíveis gestos de resistência simbólica e de afirmação do direito à cidade, reforçando a dimensão política da fotografia anotada enquanto prática que promove a leitura crítica da realidade, a partilha de saberes e o fortalecimento da comunidade.

Os dados evidenciaram, ainda, a dimensão pedagógica e transformadora do processo da fotografia anotada, que promoveu a reflexão crítica e a afirmação do direito à cidade. Ao escrever, desenhar e intervir sobre as imagens, os/as participantes elaboraram leituras críticas sobre o passado, o presente e os futuros possíveis do território, mobilizando saberes situados e experiências quotidianas frequentemente ausentes dos discursos institucionais. Ao articular passado, presente e futuros possíveis, a fotografia anotada permitiu que a comunidade pudesse reafirmar a sua voz e agência, configurando-se como um instrumento de transformação social. A fotografia anotada revela-se, deste modo, um dispositivo pedagógico de mediação, no qual o diálogo se constrói a partir do vivido e do sensível, favorecendo uma leitura crítica da gentrificação enquanto processo que afeta de forma desigual os sujeitos e o território (Harvey, 2012). A fotografia anotada parece, assim, constituir um dispositivo social, político e pedagógico, possível de promover espaços de diálogo, pluralidade e relações democráticas, ao criar reflexão do território.

No caso da Lomba, território histórico do Bonfim, esta prática permitiu que moradores/as e ex-moradores/as se tornassem protagonistas das suas próprias narrativas, inscrevendo experiências e afetos sobre imagens que representam o seu território e a sua história coletiva. Ao revisitar os arquivos produzidos, a fotografia anotada revelou-se como uma prática rica e multifacetada, capaz de transformar imagens em narrativas

densas de experiência e memória. Cada imagem carregou marcas, desenhos, palavras e símbolos, como se cada participante falasse diretamente através do papel, abrindo uma janela única para o território que habitam. Esses registros trouxeram à superfície detalhes que, em visitas anteriores, tinham passado despercebidos. Objetos banais, gestos quotidianos e fragmentos do espaço, quando anotados pelos/as moradores/as, ganharam novos sentidos e transformaram-se em narrativas que entrelaçam memórias individuais e a história coletiva.

Trazer fotografias para a inscrição/criação/discussão coletiva com os/as moradores/as tornou-se uma possibilidade de enriquecer o conhecimento sobre o território, resgatando e complexificando as leituras dos/as (ex)moradores/as sobre este. Assim, a fotografia anotada surgiu como uma possibilidade metodológica, com a finalidade de escutar (ex)moradores/as sobre as suas experiências, partindo do registo visual feito sobre o seu território, mas abrindo à sua transformação e cocriação. Todo o processo de encontro transformou-se num espaço ativo de resistência simbólica, de aprendizagem e de afirmação identitária que foi para além do registo visual inicialmente proposto. Cada risco, cada palavra e cada desenho atuou como forma de revisitar o passado, interpretar o presente e projetar desejos para o futuro. A Lomba, através destes registros, emergiu, não apenas como território físico, mas como espaço de sociabilidade, de vivência, de memória e conhecimento onde a prática artística se entrelaçou com a consciência crítica dos/as moradores/as e a afirmação da identidade comunitária. A dimensão pedagógica do processo emergiu de forma clara nas interações com as imagens. Ao escrever, desenhar e refletir sobre mudanças passadas e futuras, os participantes desenvolveram e partilharam a sua leitura crítica acerca da sua própria realidade. As anotações funcionaram como dispositivos de mediação entre o vivido e o lembrado, permitindo que o conhecimento fosse partilhado de modo íntimo, pessoal e coletivo.

Através da construção do *arquivo sensível*, observou-se que a fotografia anotada não apenas documenta o passado, mas produz espaço para reflexão crítica sobre o presente e a possibilidade de projetar desejos para o futuro. As anotações e desenhos, realizados pelos/as participantes, funcionaram simultaneamente como recursos pedagógicos, mediando processos de escuta e diálogo intergeracional, e como gestos políticos, ao evidenciar na discussão o direito à cidade, ao espaço, à pertença e resistência comunitária. Estes arquivos não apenas documentam a memória do território, mas também expressam gestos de resistência e pertencimento, refletindo a dimensão política e relacional da prática. Expressões simbólicas - como palavras inscritas sobre imagens históricas ou desenhos que enfatizam esperança e continuidade - revelam o caráter relacional e político desta técnica, capaz de desafiar narrativas dominantes e reforçar a visibilidade de uma comunidade. Ao mergulhar nessas camadas de significado, percebe-se como os/as moradores/as compreendem e sentem a Lomba, e como inscrevem nas imagens a tensão entre o valor de uso e o valor de troca do espaço urbano, materializando no próprio território os conceitos de Harvey (2012). O trabalho desenvolvido na Lomba demonstra, assim, que a prática artística, quando incorporada em metodologias participativas, não se limita à documentação do real, mas atua como força ativa de participação social, oferecendo ferramentas para afirmar identidade, memória e justiça territorial, reforçando o papel das comunidades como agentes de transformação e preservação do seu próprio espaço.

Referências

- Abrantes, P., Henriques, S., Pereira, I., & Veloso, L. (2014). *O lugar do outro na investigação sociológica: Novas propostas metodológicas*. CIES-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9870>.
- Barbosa, I., & Lopes, J. T. (2019). Descodificar as paredes da cidade: Da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 38, 6–29. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc38a1>.
- Barbosa, I., & Lopes, J. T. (2020). O Porto não se vende: resistências à gentrificação através da produção artística no período pós-austeritário. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 9(2), 67–73. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.3201>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barómetro. (2022, agosto 1). *Gentrificação urbana na cidade do Porto: Um problema de saúde pública*. <https://www.barometro.com.pt/2022/08/01/gentrificacao-urbana-na-cidade-do-porto-um-problema-de-saude-publica/>.
- Chamusca, F. (2023). *Políticas urbanas e regeneração pós-austeridade: Impactos sobre a habitação no Porto*. CEDES.
- Castells, M. (1983). *A cidade e a região no capitalismo industrial*. Edições 70.
- Glass, R. (1964). *London: Aspects of change*. MacGibbon & Kee.
- Harvey, D. (2005). *O novo imperialismo*. Edições 70.
- Harvey, D. (2012). *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution*. Verso.
- Henley, P. (2000). *Photography as research tool*. In J. Prosser (Ed.), *Image-based research* (pp. 21–33). Falmer Press.
- Lacerda, B. (2022). *Pela descolonização da cidade: Redes e experiências urbanas das comunidades africanas e afrodescendentes do Porto* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Institucional da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/145089>.
- MacDonald, C. (2012). Understanding participatory action research: A qualitative research methodology option. *Canadian Journal of Action Research*, 13(2), 34–50.
- Pereira, M. G. (2011). As ilhas do Porto: Marginalidade e exclusão social. In C. Santos (Coord.), *Família, Espaço e Património* (pp. 477-493). CITCEM.
- Ribeiro, A. I. (2022). *Habitação, turismo e reabilitação urbana no Porto: Dinâmicas recentes e impactos sociais* [Relatório].
- Roberti, C. (2016). *Investigação participativa e ética em projetos comunitários*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Timóteo, I., Monteiro, H., Antunes, M. J., & Weiner, F. (2024). Associativismo e educação popular no pós-25 de Abril: Ilhas de Abril, ou o caso da Associação de Moradores da Lomba. *Educação, Sociedade & Culturas*, 69, 1–18. <https://doi.org/10.24840/esc.vi69.1176>
- Vinhas, A., Matos, F., Weiner, F., & Costa, R. (2024). A dupla teimosia: dois projetos de investigação-ação participativa em contextos de habitação popular. In H. Monteiro, I. Timóteo, & A. Bravo. *Contra-Manual de Investigação-Ação Participativa* (pp. 75-91). Alphabook.
- Weber, S. (2008). *Fotografia e subjetividade: Uma abordagem etnográfica*. Edições Colibri.
- Weiner, F. (2025). *Aqui onde tudo acontece*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/171183>.

[Índice](#)